

“Propostas de reforma reduzem a arrecadação”, diz estudo da Receita

De janeiro a agosto deste ano, a arrecadação de tributos federais cresceu US\$ 6,4 bilhões em relação ao mesmo período de 1992. Deste total, cerca de US\$ 4 bilhões são creditados ao programa de combate à sonegação, segundo o coordenador de arrecadação da Receita Federal, José Alves da Fonseca.

Este resultado positivo só vem a reforçar uma idéia que começa a ganhar peso nos meios técnicos do Ministério da Fazenda: a de que não se deve mexer na estrutura tributária durante a revisão constitucional.

“No geral, o nosso sistema é bom. Só é necessário eliminar algumas distorções, o que pode ser feito com medidas infra-constitucionais e a médio prazo”, diz o coordenador-geral de estudos técnicos-tributários, Mauro Bogéa.

A Receita Federal fez um levantamento comparativo de todas as propostas de reforma tributária hoje em discussão, e chegou à conclusão de que todos proporcionam uma arrecadação menor que a atual. “Não podemos abrir mão de arrecadação neste momento”, diz Bogéa. Além disso, as freqüentes mudanças no sistema tributário, com o objetivo de aumentar a arrecadação, resultaram em ações na Justiça. Hoje, nada menos do que 25% da arrecadação encontra-se sub júdice, segundo Bogéa. “Chegamos à conclusão de que imposto bom é imposto velho”, diz ele. Na Receita, a idéia é deixar de lado as propostas revolucionárias e aplicar com mais rigor as leis existentes. “A medida em que a evasão diminuir poderemos aliviar a carga tributária incidente sobre quem sempre pagou”, acredita o secretário da Receita Osiris Lopes.

O levantamento da Receita compara a arrecadação potencial de cada uma das nove propostas analisadas e à uma cotação, de uma a cinco estrelas, sobre os seguintes aspectos: respeito ao federalismo, desoneração às exportações e possibilidade de inserção na economia mundial, facilidade na administração e no controle, simplificação do sistema, desoneração dos salários, distorção do sistema de preços, desoneração da produção e financiamento da seguridade social. A conclusão é a seguinte:

- O sistema atual garante uma arrecadação de US\$ 105 bilhões por ano nas três esferas (incluindo US\$ 7 bilhões do IPMF), uma carga tributária de 23,29% do PIB. O maior problema é a oneração das exportações, por causa da incidência de tributos como o PIS/Pasep, Finsocial/Cofins, IOF, ISS.

A maior virtude é a existência de um orçamento separado para a Previdência Social, o que não ocorre nas outras propostas.

- Proposta elaborada pelo tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho dá uma arrecadação de US\$ 97,5 bilhões e uma carga de 21,43% do PIB. Embora simplifique o sistema e desonere a produção, a proposta peca por depender de uma Contribuição sobre Transações Financeiras (CTF) para financiar a Previdência. É uma base instável.

- Proposta do deputado Luís Roberto Ponte acaba com todos os impostos declaratórios e garantiria uma arrecadação de US\$ 69,5 bilhões, com a redução da carga para 15,25% do PIB. A proposta é bastante simples (ficariam um imposto sobre comércio exterior, um sobre bens e serviços, um sobre os lucros das empresas, um sobre a propriedade e uma contribuição social), mas distorce o sistema de preços e fere o princípio federativo.

- USP — esta proposta troca o IPI por um imposto seletivo e unifica as contribuições sociais numa única, cobrada sobre a folha. Esse é o maior problema, pois os técnicos avaliam que o dinheiro não seria suficiente para financiar a Previdência. A carga é de 17,03% do PIB e arrecadação de US\$ 77,5 bilhões ao ano.

- Luís Carlos Hauly — a proposta do deputado do PP do Paraná também retira do governo federal o IPI e transfere-o aos estados. Troca as contribuições sociais por uma única sobre a folha, o que não dá para financiar a Previdência. Carga de 16,67% do PIB e arrecadação de US\$ 76,7 bilhões.

- Flávio Rocha — a proposta do imposto único, defendida pelo deputado Flávio Rocha (PL/RN) recebeu cinco estrelas nos quesitos simplificação, desoneração dos salários e facilidade de administrar. A carga despencaria para 13,12% do PIB e arrecadação anual seria a menor: US\$ 59,7 bilhões.

- Gustavo Krause — a proposta elaborada na gestão do ex-ministro da Fazenda inovava ao criar um Imposto Seletivo no lugar do IPI, que seria cobrado também sobre energia elétrica, combustíveis e telecomunicações, além de um Imposto sobre Ativos o IPMF e uma contribuição sobre Valor Agregado, que financiaria a Previdência. Por ela, a carga tributária iria a 23,46% do PIB e a arrecadação anual ficaria em US\$ 106,7 bilhões.

Ponte e Mattos Filho defendem seus projetos

por Claudia Izique de São Paulo

O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) e o tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho rejeitaram as críticas feitas aos seus projetos de reforma tributária e fiscal em estudo elaborado pela Receita Federal (ver matéria ao lado).

O deputado Ponte explica que o seu projeto prevê uma arrecadação de cerca de 24% do PIB e não 15,23%, segundo o estudo da Receita. “É irresponsabilidade e uma tentativa de desqualificar nossa proposta”, ele disse.

Ponte propõe a redução do atual número de impostos para cinco: o imposto sobre transações financeiras, com alíquota entre 0,2 e 0,5% sobre créditos e débitos; impostos seletivos sobre combustíveis, comunicação e energia elétrica; imposto de comércio exterior; imposto sobre a propriedade industrial (que substituiria o IPTU e o ITR) e uma contribuição sobre a folha de pagamento. Ponte afirma que a Receita subestimou, por exemplo, a produção da indústria automobilística e não projetou ganhos sobre a folha dos salários do funcionalismo, o que, na sua avaliação, comprometeu o estudo do projeto.

O tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho, presidente da comissão que foi responsável, em 1992, pela proposta de reforma fiscal apresentada ao governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, afirmou que as críticas da Receita à sua proposta não levaram em consideração que o tributo sobre transações financeiras indicado tinha caráter transitório. “Serviria como um recurso de passagem, para que a folha de salários tivesse um tempo para começar a gerar tributos com a volta à economia formal”, explicou ele ao editor Marcio Aith.

A Receita Federal considerou que, apesar de válida, a proposta da comissão de Ary Oswaldo pecava por prever um tributo sobre transações financeiras para custear a Previdência Social. Seria, segundo a Receita, um tributo com base instável.

“Realmente, os tributos sobre transações correm esse risco. Mas a proposta que fizemos é muito mais ampla”, disse ele. “Em primeiro lugar, nosso tributo sobre transações não seria um imposto, mas uma contribuição. Dessa maneira, sua criação não dependeria do respeito ao princípio constitucional da anterioridade. Nossa proposta prevê também o fim da contribuição sobre o faturamento e a redução da alíquota da contribuição sobre a folha de salários, estimulando as relações formais de trabalho”, completou.

Governo pode cortar despesas

por Claudia Safatle de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está disposto a suspender, por tempo determinado, a liberação de recursos para os estados e municípios, a título de transferências voluntárias. A suspensão, por seis meses, representaria uma economia de desembolsos, pelo Tesouro Nacional, da ordem de US\$ 2 bilhões — pouco mais do que os cerca de US\$ 1,6 bilhão que o caixa da União perdeu com a derrubada da cobrança do Imposto Pro-

visório sobre Movimentação Financeira (IPMF), pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As transferências voluntárias, ou negociadas, consomem, do orçamento da União, algo próximo a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, aproximadamente US\$ 4 bilhões. É um dos poucos itens do orçamento sobre o qual o governo tem margem de manobra para cortar, pois não representa receita vinculada nem é exigência constitucional.

No entanto, é o que os governos estaduais e municí-

pais recebem, mediante convênios com ministérios, para financiar programas de investimento, além das transferências constitucionais.

Trata-se, assim, de um instrumento de negociação política entre o governo federal e os governadores e prefeitos municipais, cujo corte ajuda em muito o Tesouro Nacional, mas poderá representar mais uma fonte de atrito político entre o governo do presidente Itamar Franco e sua frágil e instável base de sustentação no Congresso Nacional.

Economia Brasil
077
Reportagem 0098

Economia Brasil
077
Reportagem 0099

Economia Brasil
077
Reportagem 0100